



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO-FECAMPO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ADEILTON LIMA DOS REIS

**Reflexões acerca da organização escolar em ciclos na escola
Alegria do Saber em Vila Sanção Parauapebas/PA**

Marabá-PA

2019

ADEILTON LIMA DOS REIS

**Reflexões acerca da organização escolar em ciclos na escola
Alegria do Saber em Vila Sanção Parauapebas/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA, como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Matemática, sob orientação do professor Dr. Valdomiro Teixeira Junior.

Marabá-PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa

Reis, Adeilton Lima dos

Reflexões acerca da organização escolar em ciclos na escola Alegria do Saber em Vila Sanção Parauapebas/PA / Adeilton Lima dos Reis ; orientador, Valdomiro Pinheiro Teixeira Júnior. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2019.

1. Escolas públicas – Currículo – Parauapebas (PA). 2. Matemática – Estudo e ensino. 3. Prática de ensino. 4. Avaliação educacional. I. Teixeira Júnior, Valdomiro Pinheiro, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 379.098115

ADEILTON LIMA DOS REIS

**Reflexões acerca da organização escolar em ciclos na escola
Alegria do Saber em Vila Sanção Parauapebas/PA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA, como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Matemática, sob orientação do professor Dr. Valdomiro Teixeira Junior.

Defesa pública em: 21/11/2019
Conceito: BOM

Banca Examinadora

Prof^o. Dr. Valdomiro Pinheiro Teixeira Júnior
UNIFESSPA – Campus Universitário de Marabá (Orientador)

Prof^o. Dr. Carlos Alberto Gaia Assunção
UNIFESSPA – Campus Universitário de Marabá (Examinador)

Prof^o. Dr. Walber Christiano Lima da Costa
UNIFESSPA – Campus Universitário de Marabá (Examinador)

Marabá-PA

2019

DEDICATÓRIA

“Dedico esse trabalho especialmente a minha esposa, que esteve ao meu lado em todos os momentos e enfrentou todas as dificuldades. Aos meus pais que sempre me incentivaram e deram apoio. Aos meus irmãos que mesmo distantes se preocupavam comigo. E a minha filha, fonte de inspiração para mim”.

AGRADECIMENTOS

Para mim, concluir esse curso é a maior conquista da minha vida. É com muita emoção que relembro todas as dificuldades que enfrentei para chegar ao final dessa jornada, não foi fácil. Diante de todos os percalços que se apresentaram ao longo dessa caminhada que foi o período de graduação, busquei força e motivação para continuar. Apesar de em alguns momentos pensar em desistir, segui em frente. Por isso sou grato...

Primeiramente a Deus, por me dá saúde, inteligência, força de vontade, motivação e perseverança. E por iluminar meus passos e me dá condições de concluir esse trabalho.

A minha esposa, Daianni Barbosa, pelo companheirismo, compreensão e paciência. Que ao meu lado enfrentou todas as dificuldades, sempre me incentivando e dando apoio incondicional.

Aos meus pais, Manoel e Raimunda, que nunca mediram esforços para que eu continuasse os estudos. Apesar do trabalho duro que sempre enfrentaram na roça, jamais permitiram que eu desistisse de estudar.

A minha filha, que sempre me inspirou, pela humildade, compreensão e inteligência.

Aos meus irmãos, que acompanharam a minha trajetória durante o período em que estive na graduação, e mesmo distantes sempre me incentivaram.

Aos movimentos sociais, que conquistaram através da luta o Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Ao professor, MSc. Valdomiro Teixeira Júnior, meu orientador, pela paciência e compreensão, que mesmo diante de todas as minhas falhas permaneceu sempre acessível, e não desistiu de mim.

Aos demais professores do Curso de Educação do Campo, que tanto contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

A todos os colegas da turma de 2013 – em especial, os da Ênfase em Matemática _ Keila Sousa da Silva, Lucas Silva Pires, Celma Brito de Oliveira, Alice Vieira da Silva, Dorianne dos Santos Feitosa, Jonas Souza Barreira, Edeilson Pereira de Aquino, pelo incentivo e ajuda nos momentos mais difíceis.

Ao meu amigo, professor Domingos Fernandes Oliveira Filho, que me deu abrigo em sua casa, quando iniciei o curso.

A minha amiga Suelania Miranda, que me apresentou o edital do processo seletivo para ingressar no curso.

Aos demais amigos que me ajudaram direta ou indiretamente a ingressar no curso de Licenciatura em Educação do campo e me incentivaram a concluir esse trabalho.

EPÍGRAFE

É TEMPO DE COLHER

*Há momentos na história
Em que todas as vitórias
Parecem fugir da gente.
Mas vence quem não desanima
E busca em sua auto-estima
A força pra ser persistente.
O tempo passa lento
Mas também passa com ele a glória do imperador
Quem tem as mãos de construir
Terá de levantar-se e decidir
O dia de enterrar a dor
E erguer-se de todos os lugares
Para dizer que é hora de colher
Tudo o que se plantou
Gente é como água do mar
Mesmo se movendo devagar
Mostra no seu balançar
Que nunca se dobrou
Regamos o deserto da consciência
E um novo ser nasceu
É hora de ir companheiro,
Você é o guerrilheiro que a história nos deu
Regamos o deserto da consciência
E um novo ser nasceu
É hora de ir companheira,
Você é a guerrilheira que a história nos deu.*

Ademar Bogo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Justificativa	12
1.2 Objetivo geral.....	12
1.3 Objetivos específicos	12
1.4 Metodologia	13
2. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLOS..	11
2.1 Percurso histórico das políticas de ciclos no ensino do Brasil.....	16
2.2 pressupostos teóricos da organização escolar em ciclos no brasil.....	20
3. PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ANO/CICLO NO MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS-PA E NA EMEF ALEGRIA DO SABER.....	25
3.1 Breve histórico do município de Parauapebas	25
3.2 Aspectos educacionais do município de Parauapebas	26
3.3 Implantação do sistema de Ciclos/Ano no município de Parauapebas/PA.....	29
3.4 Breve histórico da comunidade Vila Sanção:	30
3.4.1 Caracterização da EMEF Alegria do Saber:.....	32
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE SISTEMA ANO/CICLO E O ENSINO DE MATEMÁTICA NA E.M.E.F. ALEGRIA DO SABER EM PARAUPEBAS-PA.	35
4.1 Organização do processo pedagógico na escola Alegria do Saber	40
4.2 A Matemática na escola Alegria do Saber.....	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	50

RESUMO

O trabalho traz uma reflexão acerca da organização escolar por ciclos, partindo da historicidade de origem desse sistema em alguns países da Europa e pelo contexto histórico brasileiro, com alguns apontamentos sobre as razões pelas quais se justificavam a criação e implantação dessa metodologia organizacional do ensino no país, e a partir dessa retomada histórica analisar o sistema de ensino da rede pública municipal de Parauapebas no estado do Pará, demonstrando as suas potencialidades e fragilidades em relação à melhoria da qualidade do ensino no município, que apesar de apresentar bons números nas avaliações externas, boa parte dos professores demonstram insatisfação com o sistema de ensino. Analisamos o funcionamento do sistema de organização escolar Ano/Ciclo no ensino fundamental com alguns apontamentos sobre o ensino da Matemática na E.M.E.F. Alegria do Saber, Identificando as principais peculiaridades histórico/contemporânea do sistema de ciclos no ensino fundamental, descrevendo o processo de implantação do sistema de ciclos no município de Parauapebas-PA, demonstrando de forma sucinta a prática pedagógica dos professores com alguns registros em fotos de atividades desenvolvidas pela escola, assim como a organização do trabalho pedagógico através das rotinas mensais enviadas pela Secretaria Municipal de Educação com os conteúdos que devem ser trabalhados. E ainda trazemos uma reflexão de como os professores lidam com os processos avaliativos, lançamento de conceitos, aprovação e reprovação dos alunos.

Palavras-Chave: Organização escolar Ano/Ciclo; Ensino de Matemática; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

The work brings a reflection about the school organization in cycles, starting from the historicity of origin of this system in some countries of Europe, by the national historical context, with some notes on the reasons why the creation and implementation of this organizational methodology of teaching in the country was justified. From this historical resumption, we analyze the education system of the municipal public system of Parauapebas in the state of Pará, showing its potentialities and weaknesses in relation to improving the quality of education in the municipality, which despite having good numbers in external evaluations. , most teachers show dissatisfaction with the education system. We analyze the functioning of the Year / Cycle school organization system in elementary school with some notes on the teaching of mathematics in E.M.E.F. Joy of Knowledge, Identifying the main historical / contemporary peculiarities of the cycle system in elementary school, describing the process of implementation of the cycle system in the city of Parauapebas-PA, briefly demonstrating the pedagogical practice of teachers with some records in pictures of activities developed by the school, as well as the organization of pedagogical work through the monthly routines sent by the Municipal Secretariat of Education with the contents that must be worked on. And we also bring a reflection on how teachers deal with the assessment processes, concept release, approval and disapproval of students.

Keywords: School Organization Year / Cycle; Mathematics Teaching; Pedagogical Practices.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho buscamos compreender o sistema de ciclos como alternativa de organização do ensino na escola Alegria do Saber em Vila Sanção município de Parauapebas/PA. Partimos da historicidade dessa forma de organização escolar, abordando as principais peculiaridades dessa proposta de ensino, suas implicações e o que justifica a implantação desse sistema.

Conforme aponta Mainardes (2009) a organização escolar por ciclos vem sendo utilizadas no Brasil e em outros países como uma alternativa à reorganização do processo de ensino e aprendizagem, com o intuito de superar o modelo escolar seriado e as políticas de seleção/reprovação dos estudantes. Como forma de organizar o ensino; os ciclos sugerem que o ensino obrigatório seja dividido em períodos de 2, 3 ou 4 anos, sendo permitida a reprovação apenas no último ano de cada período (ciclo).

Segundo Resende e Sousa (2016), em 1936 surgiu na França os primeiros ensaios de organização escolar por ciclos baseada nos ideais do pensador Henry Wallon, que foi consolidada somente no ano de 1946, sendo implantada no ensino médio profissionalizante daquele país. De acordo com esses autores, a proposta de escola ciclada foi introduzida, primeiramente, como um processo metodológico inovador de reavaliação e de reforma de ensino, realizado em diversos países americanos e europeus.

No Brasil os ciclos de formação compreendem umas das formas de organização escolar do ensino fundamental previstas na LDB, onde as turmas poderão ser formadas com bases nas idades dos alunos. Segundo Krug (2016), a partir disso, o processo de escolarização buscaria o desenvolvimento integral do estudante, a partir de atividades que consideram a heterogeneidade das turmas.

Devido aos grandes problemas educacionais brasileiros como o alto índice de repetência, alguns municípios têm buscado soluções na organização dos sistemas de ensino a partir de ciclos de formação. Fato que ocorreu no município de Parauapebas/PA que passou a adotar a organização por ciclos a partir de 1998. O município adotou o sistema de organização escolar Ano/Ciclo, e modificou a política de avaliação substituindo as notas por conceitos. Pensando nisso buscaremos analisar o funcionamento desse sistema de ensino a partir da experiência

desenvolvida em uma das escolas do campo da rede municipal de ensino do município.

1.1 Justificativa

A motivação deste trabalho surgiu mediante o desenvolvimento de trabalho docente desenvolvido na escola Alegria do Saber, bem como a participação em grupos de formação e conselhos de classe da rede municipal de ensino. Segundo a secretaria municipal de educação do município de Parauapebas/PA com a adoção do sistema Ano/Ciclo houve uma melhoria significativa na qualidade do ensino. Mas para alguns educadores que trabalham na rede municipal de ensino o sistema de ciclos prejudica a qualidade e dificulta o trabalho do professor em sala de aula.

Diante disso decidimos investigar o sistema de ciclos em uma escola do campo da rede municipal de ensino de Parauapebas, com a seguinte abordagem temática: *Reflexões acerca da organização escolar em ciclos na escola Alegria do Saber em Vila Sanção Parauapebas/PA.*

Mediante o exposto surgiu o desejo de buscar um entendimento sobre o funcionamento desse sistema de ensino. Daí a necessidade de formularmos a seguinte questão problema: *Como funciona a organização escolar Ano/Ciclo no Município de Parauapebas/PA e quais as implicações desse sistema de ensino nas práticas pedagógicas em Matemática na escolar escola Alegria do Saber?*

Para dar encaminhamentos e delinear a pesquisa traçamos alguns objetivos, pois entendemos que são os objetivos que direcionam o trabalho de pesquisa.

1.2 Objetivo geral

Analisar o funcionamento do sistema de organização escolar Ano/Ciclo e o ensino de Matemática no ensino fundamental da escola Alegria do Saber.

1.3 Objetivos específicos

- Identificar as principais peculiaridades histórico/contemporânea do sistema de ciclos no ensino fundamental.
- Descrever o processo de implantação do sistema de ciclos no município de Parauapebas-PA e na EMEF Alegria do Saber.

- Apresentar reflexão sobre o ensino de Matemática, as práticas dos professores, os processos avaliativos, lançamento de conceitos, aprovação e reprovação dos alunos na escola Alegria do Saber.

1.4 Metodologia

Neste trabalho investigamos o funcionamento do sistema de organização escolar Ano/Ciclo e o ensino de Matemática na escola Alegria do Saber. Para a realização deste estudo utilizamos o método empírico, por meio de observação, e método teórico, por meio de referencial bibliográfico sobre o tema em questão. Por se tratar de uma abordagem qualitativa buscamos gerar reflexões sobre o contexto da realidade que se propôs analisar. Nesse sentido Godoy (1995) destaca que:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. [...]. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Aqui o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados. (GODOY, 1995, p. 62).

Na perspectiva de Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa de viés qualitativo determina que o pesquisador tenha um olhar de estranhamento sobre a realidade, e que tudo deve ser considerado, podendo tornar-se uma pista relevante para uma melhor compreensão do objeto investigado, e que faça constantes questionamento até sobre aquilo que aparentemente parece ser trivial. Freitas e Jabbour (2011) afirmam que:

A principal vantagem da abordagem qualitativa refere-se à profundidade e à abrangência, ou seja, o “valor” das evidências que podem ser obtidas e trianguladas por meio de múltiplas fontes, como entrevistas, observações, análise de documentos, permitindo ao pesquisador detalhes informais e relevantes dificilmente alcançados com o enfoque quantitativo, admitindo também uma relação bem mais próxima e sistêmica do objeto de estudo, diferentemente da abordagem quantitativa que procura interpretar determinado objeto de estudo a partir da definição de variáveis, que às vezes, não podem ser totalmente identificadas e analisadas com a aplicação de ferramentas estatísticas. (FREITAS e JABBOUR, 2011. p. 10).

Freitas e Jabbour (2011) apontam ainda que a pesquisa qualitativa possui um caráter investigativo que busca uma explicação ou descrição de uma determinada

situação ou fenômeno, e que nada impede o pesquisador de recorrer a instrumentos de medições quantitativas para validar as evidências constatadas ao longo do trabalho de investigação. “A combinação metodológica é uma forma robusta de produzir conhecimento” (FREITAS e JABBOUR, 2011. p. 9).

Nesse sentido nosso trabalho analisa o sistema de organização escolar Ano/Ciclo e o ensino de Matemática na escola Alegria do Saber, através da contextualização dos dados obtidos ao longo da pesquisa considerando as diferentes fontes de informações consultadas e produzidas durante o trabalho de investigação. Para isso recorreremos à alguns instrumentos de coleta de dados a fim de obter o máximo de informações possíveis sobre nosso objeto de investigação. Realizamos um trabalho sistemático de observação e pesquisa na escola, analisando alguns documentos oficiais como Projeto Político Pedagógico (PPP), Plano Municipal de Educação (PME), rotinas pedagógicas entre outros. Destacamos também a observação das práticas pedagógicas em Matemáticas da escola inclusive com registros em fotos.

Com o aprofundamento do trabalho de investigação percebemos uma certa insatisfação dos docentes em relação ao sistema Ciclos, então decidimos lançar mão de um questionário estruturado com perguntas objetivas sobre essa política de ensino. O questionário era composto por cinco perguntas com opções para marcar e uma observação final que era de resposta opcional. Aplicamos em um universo de aproximadamente 60 professores durante o encontro de formação continuada dos docentes.

O processo de organização das informações obtidas com o questionário foi feito através da tabulação dos dados para a geração os gráficos, utilizados para dar ênfase às reflexões ao longo deste trabalho. E como se trata de uma investigação contextual consideramos que os gráficos ajudam a compreender melhor a realidade. Nessa perspectiva nos propusemos analisar, a partir deste trabalho, as nuances da organização escolar por ciclos de ensino com um olhar sobre o ensino de Matemática na escola Alegria do Saber. A partir das reflexões da abordagem qualitativa buscamos compreender a temática abordada a fim de contribuir e instrumentalizar as discussões a respeito do assunto.

2. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLOS.

Neste capítulo buscar-se-á compreender alguns aspectos históricos relevantes acerca da escolaridade organizada a partir de ciclos contínuos de formação/aprendizagem, destacando a origem e as principais características desse sistema de ensino. E a partir da historicidade entender em que contexto se deu o surgimento da proposta de ensino e quais fundamentos justificavam tal criação.

A tentativa de transformar o processo de ensino aprendizagem sobre a ótica da flexibilização das regras e transformação da estrutura curricular, organização do espaço e do tempo escolar ganhou contornos relevantes especialmente em países como França, Portugal, Espanha Bélgica e Inglaterra, devido necessidades de criar alternativas para uma nova organização escolar.

Uma retomada histórica sobre a escola burguesa remete à transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista e, necessariamente, à Revolução Francesa (1789), evidenciando que a educação (instrução) era entendida como fundamental não só para a formação de trabalhadores hábeis para a implantação desse novo modo de produção, mas principalmente de um novo modo de pensar, que consolidaria uma nova sociedade, pautada nos princípios democrático-liberais de oposição ao feudalismo: a liberdade e a igualdade (MAINARDES, 2009, p. 13).

Os debates sobre a maleabilidade do ensino povoam as discussões sobre educação em vários países há bastante tempo, sendo este assunto tendo ênfase especialmente na França. Podemos então dizer que a escola burguesa, desde o seu nascimento possibilitava uma organização escolar através de anos ou níveis. Uma parcela dos filósofos iluministas contribuíra sistematicamente para a elaboração de discursos e planos pedagógicos, correspondentes aos princípios de liberdade, individualismo e igualdade jurídica; dentre os quais podemos destacar o relatório de Condorcet de 1792, pois nele havia, além de aspectos sobre a organização escolar, os princípios liberais até hoje defendidos para a educação pública, entre estes a gratuidade, a laicidade, obrigatoriedade e a qualidade que é uma busca constante por parte dos educadores.

As evidências históricas são extremamente relevantes para a compreensão de que a ideia de flexibilização da escolarização, ainda em sua origem, estava intrinsecamente relacionada às determinações econômicas e de classe social. Este aspecto pode ser tomado como um dos principais determinantes na compreensão da origem dos ciclos (enquanto flexibilização da escolarização) e da relevância dos ciclos

atualmente. Como a sociedade continua calcada na desigualdade e na exclusão social ambas originárias do modo capitalista, surge a importância de se criarem propostas que sejam mais adequadas às características da população e ao período histórico em questão.

Stremel (2013) destaca o sistema de ensino francês como referência histórica de escolaridade organizada a partir de ciclos, afirmando que a modalidade de ensino denominada Ciclos de aprendizagens teve origem naquele país, enfatizando a Reforma da Educação Primária Francesa, como vemos a seguir.

A modalidade denominada como Ciclos de Aprendizagem tem suas origens na Reforma da Educação Primária Francesa. Essa reforma definiu a organização do tempo escolar em três ciclos levando em conta o crescimento psicológico das crianças: a) Etapa 1: Ciclo de aprendizagens iniciais (3 a 4 anos); b) Etapa 2: Ciclo de aprendizagens fundamentais (5 a 7 anos); c) Etapa 3: Ciclo de aprofundamento (8 a 10 anos). Pode-se considerar que essa reforma buscou retomar aspectos da proposta da organização da escola em ciclos proposta no Projeto Langevin-Wallon (1946-1947). A partir dos anos 1990, essa modalidade foi implantada na Suíça, na Bélgica, em Quebec (Canadá), no Brasil e em outros países. (STREMEL, 2013, p. 3).

2.1 Percurso histórico das políticas de ciclos no ensino do Brasil

Segundo Mainardes (2009) a organização escolar do ensino por ciclos no Brasil começou a ser legalmente instituídas a partir da década de 40. Porém, o debate sobre políticas de não reprovação no país é bem mais antigo tendo iniciado ainda no século passado, por volta do ano de 1910.

Resende e Sousa (2016) destacam que Oscar Thompson, Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo, também preconizava como medida adequada a promoção em massa, acreditando que estaria solucionando a problemática da falta de vagas escolares. E destaca ainda que algumas reformas do sistema educacional brasileiro devido ao debate existente na época já apontavam uma reorganização do sistema de ensino com tendências ao sistema de ciclos, como vemos a seguir:

Na primeira Reforma Educacional, realizada pelo então ministro da educação e saúde, Francisco Campos, com a criação do Ministério da Educação, em 1931, o ensino secundário foi repartido em dois ciclos: um fundamental, que era o inicial, com duração de 5 anos e outro complementar, com durabilidade de 2 anos, ambos indispensáveis para ingressar no ensino superior, já fazendo alusão a ciclos. Em outro momento, a palavra ciclos foi mencionada na Reforma Capanema, chamada também de Leis Orgânicas do ensino – 1942/1946. Essa Reforma da educação se iniciou em 1942, pelo ministro Gustavo Capanema, resultando na repartição em dois ciclos: o primeiro ciclo para substituir as quatro séries do ginásio e o segundo, com duração de três

anos. Desse modo, deixar-se-ia de adotar o ensino seriado para adotar o ensino por meio dos ciclos. (RESENDE e SOUSA, 2016, p. 67-68).

Barreto e Sousa (2005) apontam a proposição de uma organização escolar por ciclos na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – n. 4.024/1961, que prescrevia para o país uma estrutura escolar segundo a qual, ao ensino primário, com duração de quatro anos, seguia-se o ensino médio, dividido em dois ciclos: o ginásial, de quatro séries anuais, e o colegial, de três. O projeto de lei original dessa lei tramitou vários anos no senado e era inspirado na reforma de ensino francês Langevin-Wallon, que apesar de não se efetivar naquele país influenciou aqui no Brasil.

Nesse contexto começam a surgir as primeiras experiências da política de não retenção no ensino público no Brasil. Em 1958 no Rio Grande do Sul e em 1959, em São Paulo. Nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu a organização em níveis, em Pernambuco (1968), o sistema de Avanços Progressivos, em Santa Catarina (1970-1984), o Bloco Único no Estado de São Paulo (1968-1972) e o Bloco Único no Rio de Janeiro (1979-1984).

As primeiras experiências brasileiras que contribuíram efetivamente para a construção da ideia de um sistema de organização do ensino por ciclos aconteceram entre os anos de 1960 e 1970, inspiradas principalmente na organização escolar adotada na Inglaterra, cujo modelo foi difundido como referência no Brasil, em meados do século XX. A contar daí, registram-se muitas iniciativas, em diferentes redes escolares, e em períodos, circunstâncias e lugares diversos.

Para Barreto e Mitrulis (1999), durante os anos 60 e 70 surgiram em diversos estados brasileiros inúmeras experiências que tentavam de alguma forma romper com o sistema de ensino tradicional na perspectiva de criar alternativas que pudessem favorecer a transição para um sistema de progressão continuada. Como vemos a seguir:

Os resultados desse movimento foram, contudo, incipientes. As mudanças no sistema de avaliação e promoção dos alunos não raro eram anuladas pela própria administração que as ensaiava. Os boletins de merecimento, que deveriam funcionar como instrumento de orientação para uma prática renovada de ensino, foram transformados, pelo uso, em mais um documento formal a engrossar a burocracia do sistema. As discussões sobre os programas escolares, mais preocupadas com mudanças de ordem metodológica, não chamavam devidamente atenção para o compromisso com uma educação democrática, não seletiva. (BARRETO e MITRULIS, 1999 p. 36)

As políticas de ensino organizadas em ciclos no Brasil começam a expandir-se com o processo de abertura democrática que se verifica a partir da década de 80, com a eleição de governos estaduais de oposição, foram incorporadas nas políticas educacionais algumas medidas de reestruturação dos sistemas estaduais de ensino, considerando os princípios democráticos. Stremel (2012) afirma:

A expansão dessa política no país iniciou-se a partir da década de 1980, com a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização em São Paulo (1984) e, em seguida, em outras redes de ensino. No decorrer dos anos 1990 e 2000 diferentes modalidades de ciclos foram sendo formuladas e diferentes denominações têm sido utilizadas para se referir à organização da escola em ciclos no Brasil, conforme as especificidades de cada proposta, como: Ciclo Básico, Ciclos de Aprendizagem, Ciclos de Formação Humana, Regime de Progressão 3 Continuada, Bloco Inicial de Alfabetização, Ciclo Complementar de Alfabetização, Ciclos de Ensino Fundamental, Organização em Ciclos.(STREMEL, 2012 APUD, MAINARDES, 2009).

Barreto e Sousa (2005) afirmam que a terminologia “ciclo”, para denominar alternativas de organização escolar, é recente; com surgimento apenas em meados dos anos de 1980. Com a consolidação dessa política, a organização escolar por ciclos passou a receber diferentes conceituações: básico, de alfabetização, de aprendizagem, de progressão continuada, de formação, conforme as especificidades de cada proposta.

Certamente que a educação no Brasil tem sido motivo de constantes pesquisas, devido ao alto índice de reprovação e evasão escolar nos anos iniciais, ocasionando situações constrangedoras não só para as crianças como também para a família, quando esta vê seus filhos como fracassados no processo de aprendizagem, principalmente da leitura e da escrita. Outro constrangimento é no setor econômico, pois devido à reprovação do aluno, o sistema tem mais gastos com esses alunos retidos. Diante deste contexto, as escolas têm buscado soluções para melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos seus alunos. Para Mainardes,

As primeiras ações concretas de combate à repetência tiveram início no final dos anos de 1960. [...] o mesmo autor (ibidem) informa que na década de 1980 diversos estados implantaram o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA). O motivo dessa decisão foi o alto índice de reprovação da primeira para segunda série. [...] (MAINARDES, apud VILLAS BOAS, 2001, p. 35)

A introdução dessa proposta de ensino possibilitou a reestruturação do trabalho pedagógico, pois desde a década de 70 e início de 80, a educação em ciclos já tinha seu destaque no Brasil.

A fim de que houvesse uma maior evidência da ampliação dos ciclos, foram criadas várias categorias que atendessem às necessidades de cada instituição de ensino, com o desejo de extinguir a reprovação nos anos iniciais. A proposta dos ciclos abrange dois tipos de organização que se dividem em ciclos de aprendizagem e os ciclos de formação (GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, 2012).

O ciclo de aprendizagem apresenta uma estrutura de três anos de duração e prevê ao final desse período, a retenção das crianças que não atingiram os objetivos propostos, em relação aos ciclos de formação estes são baseados nos ciclos de desenvolvimento humano.

[...] Desenvolver os educandos na especificidade de seus tempos-ciclos, da infância, da adolescência, da juventude ou da vida adulta. Pensamos em Ciclos de Formação ou de Desenvolvimento Humano. As idades da vida, da formação humana passam a ser o eixo estruturante do pensar, planejar, intervir e fazer educativos, da organização das atividades, dos conhecimentos, dos valores, dos tempos e espaços. Trabalhar em um determinado tempo-ciclo da formação humana passa a ser o eixo identitário dos profissionais da educação básica e de seu trabalho coletivo e individual. (ARROYO, 1999, p. 158 apud CONCEIÇÃO E GONÇALVES, 2016, p. 3).

Diante dessa realidade, a constituição dos ciclos de aprendizagem de várias instituições de ensino no Brasil traz como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (BRASIL, 1997), que têm como competência contribuir para a superação das discrepâncias das propostas curriculares existentes no ensino fundamental.

Neste contexto, o currículo traz novidades que possibilitam novos objetivos, permitindo utilizar conteúdos apropriados para ajustar os propósitos da formação do cidadão. Com esta nova proposta, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's "apontam questões de tratamento didático por área e por ciclo, procurando garantir coerência entre os pressupostos teóricos, os objetivos e os conteúdos" (BRASIL, 1997, p. 41).

Por meio desse direcionamento, o docente tem maior possibilidade de selecionar os assuntos a serem desenvolvidos dentro dos anos iniciais, alcançando assim os objetivos que foram propostos. Nesse processo, os objetivos de formação nos ciclos de aprendizagem devem ser bem definidos, pois para Perrenoud (2004 apud CARVALHO, 2015, p. 23), "[...] os pontos positivos nessa organização o

tempo/espço escolar, o olhar diferenciado em função da aprendizagem de cada estudante; a pedagogia diferenciada em que se pensam ações [...]”.

As ações aqui referenciadas são as práticas docentes aplicadas em cada situação presente no espaço escolar, visando ao desempenho da construção da aprendizagem da criança de maneira distinta.

Sendo assim, com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurou-se a cada sistema de ensino escolher que tipo de organização curricular adotar, tomando por eixo seu artigo 23:

Art.23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996, p. 17).

Contudo, para se utilizar dessa organização em ciclos, a instituição de ensino deve realizar as mudanças necessárias que possibilitem aos integrantes desse processo de aprendizagem a desempenharem práticas de maneira eficaz que levem a criança a se tornar um sujeito participante e modificador da sociedade.

2.2 pressupostos teóricos da organização escolar em ciclos no brasil.

De acordo com as considerações de Krug (2005), a organização escolar por ciclos é garantida na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) como uma das possíveis formas de organizar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas de nosso país, onde a idade dos alunos é um fator determinante no momento da formação das turmas, uma vez que o sistema Ano/Ciclo considera que o processo de aprendizagem se dá de forma contínua, permanente e dinâmica. E com esse enfoque a escola contribuirá de forma efetiva para a melhoria da qualidade do ensino e para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Para Krug (2005) com o surgimento de alguns teóricos como Piaget e Vigotski no início do Século XX, começam a aparecer outras bases para as práticas docentes. Piaget preocupa-se com a compreensão do processo de desenvolvimento da inteligência e Vygotski, com a origem das funções psicológicas superiores, ou seja, como o ser humano desenvolve a linguagem, a atenção deliberada e a memória lógica, analisadas a partir do contexto histórico-cultural em que vive e das relações

que estabelece com outros seres humanos. A partir da obra desses autores inauguram uma outra teoria sobre os processos de ensino-aprendizagem. A que todos os indivíduos são capazes de aprender no ritmo e tempo adequados.

Na tentativa de compreender a concepção de escola ciclada, Resende, Sousa e Resende, (2017) afirmam ser indispensável analisar a literatura Sócio-Histórica de Lev Vygotsky, psicólogo russo, que viveu entre os anos de 1896 e 1934 e formulou teorias sobre o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem. Para Vygotsky, aprender não era uma simples obtenção de informações, não sucedia a partir de uma mera agregação de ideias contidas na memória, mas era um procedimento interior, funcional, interpessoal, resultante do processo sociointeracionista.

Na perspectiva de Pereira (2014), a fundamentação da proposta de organização escolar para o ensino em ciclos, preconiza a aprendizagem como processo contínuo, construtivo, não se limitando a uma série, ano ou período, propondo muitas mudanças, como no currículo, na avaliação e na organização, relacionando sempre o tempo necessário para a aprendizagem com as fases de desenvolvimento do indivíduo. Além disso, a autora destaca que:

A partir dos anos de 1970 e 1980 as teorias e abordagens com relação aos ciclos e as discussões em torno deles, passam a ser referenciadas sob o olhar de teóricos de orientação construtivista, a partir dos estudos de Piaget, Vygotsky, Teberosky e Ferreiro, dando base para propostas de alfabetização e fortalecendo a implantação [...] É na década seguinte que essa orientação toma maior abrangência e passa a predominar as propostas curriculares em quase todos os níveis de ensino. “Pode-se dizer que essa hegemonia incrementa a formulação de políticas educativas, que, fundamentadas nos princípios construtivistas, encontram respaldo teórico para justificar a organização da escolaridade em ciclos” (Fernandes, 2009, p.38). A mesma autora destaca que essa abordagem foi sustentada, primeiramente, por princípios cognitivistas, e foi se configurando outra, que teve maior adesão, baseada em perspectiva sociointeracionista. (PEREIRA, 2014, p. 9).

Assim as novas teorias justificavam a implantação dos ciclos, que passaram a predominar nas propostas educacionais, com a centralidade na aprendizagem dos sujeitos e em propostas de novas compreensões dos tempos pedagógicos, ou seja, o tempo contínuo na escola em ciclos deve respeitar o tempo de formação do próprio desenvolvimento humano. As propostas de ciclos decorrentes dessas orientações procuram romper com a serialização, passam a ter como foco principal o aluno e a sua aprendizagem, compreendendo-o como sujeito que aprende na interação com o outro e com o objeto de conhecimento, evidenciando uma aprendizagem que se constitui

mediante a internalização de novos significados aos já apropriados, mediante tempos e ritmos diversos para aprender.

Stremel (2012) afirma que no campo da teoria pedagógica um dos pensadores mais influentes no que concerne à política de ciclos de aprendizagem no Brasil foi Philippe Perrenoud. Destacando enfaticamente que as bases teóricas que fundamentam essas políticas baseiam-se principalmente nas tendências de abordagem sociais, destacando o processo de ensino aprendizagem como processo socialmente construído, onde a interação serve como base de apoio ao desenvolvimento integral das crianças. Além disso, a autora destaca que:

A partir da constatação das características da fundamentação teórica das propostas analisadas, [...] nem sempre explicitam com clareza o conjunto de princípios de ordem teórica, prática, social, política, pedagógica e psicológica que os fundamenta. Assim, embora exista um considerável conjunto de discussões e publicações sobre ciclos, faz-se ainda necessário explicitar melhor os fundamentos dos Ciclos de Aprendizagem. Um panorama geral que se tem dos Ciclos de Aprendizagem é que, nessa modalidade, os aspectos mais evidenciados referem-se aos aspectos pedagógicos, organizacionais e psicológicos. Por outro lado, os fundamentos epistemológicos, filosóficos, sociológicos e políticos necessitam ainda ser mais explorados pelas redes de ensino e pelos pesquisadores. (STREMEL, 2012, p. 7).

Os arranjos da organização escolar em ciclos mostram-se complexos, pois além de procurar romper com a cultura do ensino seriado, questiona a fragmentação dos conteúdos, por ano, com a adequação do período letivo ao ano civil, com a avaliação vista como mecanismo de reprovação/aprovação, com o trabalho individualizado dos professores por série, com o ritmo da aprendizagem estabelecido previamente de forma inflexível.

Assim sendo, Barreto e Sousa (2005) afirmam que são produzidas uma psicologia, uma pedagogia e uma didática, que passam a informar cada fase da escolarização correspondente a cada ciclo da vida; delineiam-se diferentes perfis de profissionais que devem se ocupar das crianças, adolescentes e jovens; criam-se instituições ou aparatos diferenciados para atendê-los.

Os ciclos de aprendizagem se baseiam na transformação temporal de duração de cada ciclo e fase, aumentando o tempo, para que o sujeito aprenda os conteúdos de cada fase e ciclo, garantindo-se a não retenção, por certo período de tempo escolar, porém se assemelha ao sistema de séries em relação à deliberação do conteúdo que o indivíduo precisa aprender (KRUG, 2001).

Krug (2005) encontra respaldo em Paulo Freire para dizer que a tentativa de construção da nova escola que busque responder às necessidades das classes populares que hoje a acessam se faz necessário, o respeito ao conhecimento de experiência feito, isto é, que os estudantes presentes nas escolas públicas tenham seus saberes reconhecidos enquanto saberes que deram conta de uma realidade e da sua sobrevivência cotidiana até aquele momento, portanto, são socialmente válidos àquele grupo cultural do qual fazem parte e para os quais os docentes trabalham.

Nesse sentido um dos desafios encontrado é a construção de métodos que articulem currículo, metodologia, avaliação e profissionais que considerem os saberes dos educandos como elementos para melhorar a prática pedagógica, a fim de garantir a aprendizagem efetiva de todos os alunos.

Para compreender as transformações possíveis de serem efetivadas na política educacional brasileira e a concretização da proposta, é necessário também observar que há influência das vivências e experiências da comunidade envolvida no processo educacional. Segundo Resende, Sousa e Resende (2017) é possível notar elementos do processo sociointeracionista, que prioriza a convivência dos indivíduos com seus pares, que valoriza a cultura, que vê o outro como um ser inacabado, passível de transformações e, como sujeito ativo que, também, potencializa suas capacidades, a partir do seu grupo, dentro de um processo dinâmico.

Barreto e Sousa (2005) em estudos realizados sobre a trajetória da política de ciclos no Brasil enfatizam a necessidade de que sejam asseguradas as condições propícias ao desenvolvimento dos ciclos. Entre essas, as mais mencionadas são a necessidade de envolvimento do conjunto dos atores sociais com a proposta, a criação de condições de trabalho adequadas para o seu desenvolvimento e a formação docente.

Reiterada no âmbito nacional, a sugestão do regime de ciclos difunde-se mais amplamente no bojo das reformas educacionais, sendo que muitas administrações retomam e reelaboram propostas experimentadas em outras gestões, multiplicando iniciativas com uma série de características comuns nas mais diferentes redes de ensino de estados e municípios do território brasileiro. A proposta dos ciclos tem vindo ancorada em projetos políticos que passam a estar mais atentos: à autonomia das unidades escolares para formularem suas propostas educativas de modo contextualizado e de acordo com o perfil do alunado; a um currículo concebido de forma mais dinâmica e articulado às práticas sociais e ao mundo do trabalho; à formação continuada de professores; a um tempo regulamentar de trabalho coletivo na escola e à flexibilização das rotinas escolares. Ela tem também de se defrontar com as tensões provocadas pelo confronto entre a flexibilidade exigida em torno da

avaliação contínua do processo de aprendizagem realizada no interior da escola, e a pretensa rigidez dos parâmetros subjacentes à avaliação externa no âmbito dos sistemas escolares. (BARRETO, MITRULIS, 1999, p.43).

Atualmente de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais os três primeiros anos iniciais do ensino fundamental de nove anos constituem o ciclo da alfabetização e letramento e não devem ser passíveis de interrupção. De acordo com o documento, mesmo quando o sistema de ensino ou a escola fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do ensino fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas.

3. PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ANO/CICLO NO MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS-PA E NA EMEF ALEGRIA DO SABER.

Com o intuito de situar o leitor no espaço/tempo neste capítulo pretendemos apresentar um breve histórico do loco da pesquisa partindo do macro para o micro. Iniciaremos uma breve caracterização geral do Município de Parauapebas na perspectiva de compreender em que contexto se deu a implantação da política de ciclos na rede ensino. Posteriormente serão apresentadas as peculiaridades da comunidade de Vila Sanção e da EMEF Alegria do Saber.

3.1 Breve histórico do município de Parauapebas.

O município de Parauapebas localiza-se na região Sudeste do Estado do Pará distante 645 km da capital do estado. Pertence à Mesorregião Sudeste Paraense e à Microrregião de Parauapebas. Inicialmente chamada de Rio Verde, surgiu como um povoado ao pé da Serra dos Carajás, no curso médio do rio Parauapebas - em função da implantação do Projeto “Ferro Carajás”. A região do vale do rio Parauapebas, antes praticamente desabitada, deu lugar à construção de um núcleo urbano para abrigar os trabalhadores das empreiteiras que dariam apoio ao Programa Grande Carajás (PGC) e suas famílias, bem como às subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além de servir de ponto de apoio às pessoas que chegavam para ajudar na instalação de outros empreendimentos. A notícia da construção do povoado provocou um intenso deslocamento de pessoas para a área.

Próximo à rodovia PA-275 começaram a surgir as construções das primeiras casas e barracas, dando início ao povoado de Rio Verde, que mais tarde se tornaria um dos maiores bairros da cidade. Em 1985, deu-se início o movimento separatista da vila. Mas, Parauapebas só teve autonomia administrativa depois de quatro anos de movimentos favoráveis ao desligamento político de Marabá.

Em 1988, no governo de Hélio da Mota Gueiros, a Vila de Parauapebas tornou-se Município, desmembrando sua área territorial do Município de Marabá, por meio da Lei Estadual nº 5.443, de 10 de maio. Essa Lei estabelecia que o Município de Parauapebas, enquanto não possuísse legislação própria, integraria a Comarca Judiciária de Marabá. No dia 1 de janeiro de 1989, ocorreu a posse do primeiro prefeito, Faisal Farias Mahamoud Salmen Hussain, do vice-prefeito, e de vereadores, eleitos no pleito de 15 de novembro de 1988.

Em Parauapebas está localizada a maior província mineral do mundo, na Serra dos Carajás, com acesso pela Rodovia PA-275, estrada de Ferro Carajás e por via aérea. A atividade mineradora de extração de ferro, ouro e manganês é a mais forte base econômica do município, motivo pelo qual há grande execução de projetos e obras de estruturação, além de corrente migratória intensa, considerada a maior do Estado.

Segundo o Censo do IBGE realizado em 2010, Parauapebas tinha 153.908 habitantes. Destes, 77.893 são do sexo masculino, o que representa 50,6% da população, e 76.015 do sexo feminino, que representava 49,4% da população. Na zona rural residiam 15.218 habitantes (9,9%) e 138.690 (91,9%) na zona urbana.

Em 2014, o Município de Parauapebas possuía população estimada em 183.352 habitantes (IBGE), está entre o 6º município mais populoso do Pará e o terceiro com maior índice de crescimento demográfico. Conforme IBGE/2010, a população é, em sua maioria, jovem: o grupo de faixa etária entre 10 e 19 anos representa 23% do total de habitantes; o grupo com faixa etária entre 20 a 29 anos corresponde a 19,9% do contingente e 14,9% pessoas possuem idade entre 30 a 39 anos.

Destaca-se que Parauapebas sofre um intenso fluxo migratório, com pessoas oriundas de diversas partes do país, o que contribui para o enriquecimento da pluralidade cultural do Município. São pessoas que chegam buscando melhores condições de vida, atraídas pela implantação do Projeto Ferro Carajás, mas muitos não se enquadram nos quesitos de mão de obra qualificada para a mineração, o que leva as empresas a recrutar profissionais qualificados de outras regiões. Existem muitas outras causas que fazem de Parauapebas um polo de atração populacional: além da exploração mineral de ferro, ouro, manganês e cobre; o processo de colonização e reforma agrária; e a baixa qualidade de vida das regiões vizinhas. Trata-se de um dos municípios que mais crescem no Brasil.

3.2 Aspectos educacionais do município de Parauapebas.

De acordo com plano municipal de Educação (PME 2015-2025) a educação formal de Parauapebas teve início em 1983 com atendimento a crianças e adolescentes nas séries primárias (1ª a 4ª Séries), na comunidade Rio Verde, numa

escola de madeira, coberta de lona e com poucos recursos materiais e pedagógicos para o exercício de uma educação de qualidade.

Em 1984, o povoado recebe a Escola Municipal Chico Mendes, doada pela CVRD, cujo funcionamento começou no mesmo ano e atendeu uma clientela do Ensino Fundamental e Médio (com uma turma de magistério e outra de contabilidade).

Ainda nesse ano deu-se início ao funcionamento da Escola Eurides Santana, no Bairro Rio Verde, também em precárias instalações; em 1986, foi criada a Escola Carlos Drummond de Andrade, também no Rio Verde, nas instalações de um alojamento onde ficavam trabalhadores à espera de contratação pelas empreiteiras da CVRD. Esta última permaneceu nesse prédio até 2003, tendo passado apenas por algumas reformas. A construção definitiva saiu em 2004. Por iniciativa do Governo Estadual foi construída, também em 1986, a Escola Eduardo Angelim.

Em 1988 Parauapebas tornou-se Município e passou a responsabilizar-se pela educação local; a área rural com atendimento educacional era vasta e expandiu-se consideravelmente, chegando a 149 escolas. Eram escolas de pequeno porte, a maioria com uma ou duas salas de aula, funcionando com alunos de 1ª a 4ª série - todos juntos, as chamadas multisséries. Alguns anos depois, com a emancipação de Água Azul do Norte, e posteriormente de Canaã dos Carajás, esse número diminuiu significativamente.

Em 1998, iniciou-se a nucleação das escolas rurais devido ao número reduzido de alunos em algumas escolas, com vistas a diminuir o número de turmas multisseriadas. Para tanto, o município assumiu o compromisso com o transporte escolar, garantindo o deslocamento dos alunos até a escola sede.

Ainda segundo o PME A criação e a regulamentação de órgãos e leis municipais representaram grandes progressos para a Rede Municipal de Ensino; dentre outros, destacam-se a Lei 2.802/97 de 01 de janeiro de 1997, que cria o Conselho Municipal de Educação de Parauapebas (COMPEPA), Lei no 4.275/04 de 29 de abril de 2004, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino e Lei 4.375 de 07 de janeiro de 2009, que aprova o Plano Municipal de Educação. Esse processo de organização promoveu a autonomia do Município em planejar e implementar ações de intervenções em favor da melhoria da educação na Rede Municipal.

Com o IDEB de 3,5 em 2005, Parauapebas alcança 5.0 em 2013; com isto pode-se considerar que os investimentos na educação têm surtido efeito. Outro

avanço expressivo para a Rede deu-se na melhoria do índice de analfabetismo, em torno de 16%, no período de 2000 a 2004. Caiu para 12% em 2005 e chegou a 8% em 2010.

Por esses méritos, em 2006, durante a Jornada Nacional de Educação, o Município foi contemplado com o prêmio Ouro em Educação referente ao trabalho do ano anterior, 2005, quando conseguiu alfabetizar 80% dos servidores matriculados no projeto Alfabetizar Letrando.

Em 2007 e 2009 o Município recebeu o prêmio "Palma de Ouro" como forma de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Prefeitura de Parauapebas, por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), dentro da política de respeito ao pluralismo de ideias de valorização dos profissionais e de igualdade de condições, bem como o incentivo e a promoção e a elaboração de projetos visando o pleno desenvolvimento da educação.

Em 2013 e 2014, o Município foi agraciado com os seguintes prêmios: Menção no Anuário Multicidade; Gestor Nota 10; Palma de Ouro; Prêmio Grand Gestor Municipal do Brasil; Certificado de Qualidade Total Brasil-Suíça em Educação.

Parauapebas se destaca como o 3º Município do Estado do Pará no índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sendo este, responsável por nortear as políticas de melhoria na qualidade das escolas públicas brasileiras.

Assim, a educação de Parauapebas figura como uma das melhores das regiões sul e sudeste do Pará.

A Rede Municipal possui ao todo 67 escolas e 01 Centro de Atendimento Personalizado de Jovens e Adultos – CEPEJA; das escolas, 33 são de Ensino Fundamental (zona urbana), 12 de Ensino Fundamental (zona rural), 19 de Educação Infantil e 03 de Educação Indígena. A Rede Estadual possui dez escolas e atende o Ensino Médio, sendo que dessas, apenas três são prédios próprios do Estado.

Atualmente 80% das escolas que funcionam em prédios próprios possuem salas climatizadas, laboratórios de informática, salas de leitura e quadra coberta; estão estruturadas e em condições de garantir o pleno desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.

Após a aprovação da LDB 9.394/96, que proporcionou aos municípios a possibilidade de implantar seus sistemas próprios de ensino ou compor com os sistemas estaduais, Parauapebas optou pela autonomia, criando em 1997, o

Conselho Municipal de Educação de Parauapebas (COMPEPA), o que tem contribuído para regulamentar o funcionamento das escolas através do ato de autorização e credenciamento.

3.3 Implantação do sistema de Ciclos/Ano no município de Parauapebas/PA.

Conforme o PME Municipal a Rede de Ensino de Parauapebas implantou o sistema de ciclos em 1998, inicialmente foram contemplados apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental. Com a municipalização das turmas de 5ª a 8ª série em 2003, não foi possível, de imediato, implantar o sistema ciclado neste segmento, uma vez que era necessário planejar o gerenciamento dos recursos públicos e elaborar a proposta pedagógica. Em 2010, por meio da Resolução no 14, de 25 de novembro, a SEMED estende o sistema ciclado no segmento de 5ª a 8ª série. Para atender esse segmento, a Secretaria Municipal de Educação criou a Divisão de 5ª a 8ª série, composta por uma coordenação geral que atuava na SEMED e por coordenadores pedagógicos (técnicos das Áreas do Conhecimentos) conforme os padrões dos demais setores anteriormente existentes. Para justificar a implantação do sistema o município destaca a distorção idade/série, repetência, evasão escolar e a reestruturação do ensino, como destaca o trecho a seguir:

Um problema relevante na educação brasileira é a distorção idade-série. Para mudar essa realidade, desde a década de 80, vários estados e municípios brasileiros iniciaram processo de reestruturação do Ensino Fundamental a partir das séries iniciais, tendo como objetivos minimizar o problema da repetência, evasão escolar e a transformação na prática pedagógica, a fim de elevar a qualidade da aprendizagem e reduzir as desigualdades, que também se manifestam no processo de escolarização. O sistema de ensino seriado revelou-se numa forma de organização fragmentada e hierarquizada das etapas da escolarização que se impõe sobre os alunos e sobre os profissionais da educação. (PARAUPEBAS/PA, PME 2015, p. 24)

Nos dois primeiros anos desse processo de organização nessa nova realidade, foram definidas as seguintes prioridades:

- Ampliar a oferta de vagas para esse segmento;
- Contratar professores a fim de garantir aulas regulares em todas as escolas;
- Assegurar a contratação de coordenadores (pedagogos) para todas as escolas;
- Reorganizar o funcionamento das escolas em relação a diversos aspectos administrativos e pedagógicos;

O PME do Município aponta que, com a organização da educação em ciclos, foi necessário intensificar o investimento na capacitação dos professores quanto à concepção de ensino e aprendizagem, alfabetização, leitura, escrita e avaliação, entendendo-se que mudar a forma de organização da educação por si mesmo não basta para resolver o problema da qualidade. E uma das problemáticas da rede de ensino municipal é a distorção idade/ano, nesse sentido ouve uma preocupação permanente desde o início da implantação do sistema.

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED) do município afirma que a distorção idade-ano é um indicador de qualidade em educação utilizado pelo Ministério de Educação - MEC, por meio de seu instituto de pesquisas educacionais, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP. E que no Município, de Parauapebas esse indicador começou a ser mensurado anualmente a partir de 1997, quando se detectou mais de 50% dos alunos de 1ª a 4ª série com esse tipo de problema. Em algumas escolas o percentual chegava a 57% do total dos alunos.

3.4 Breve histórico da comunidade Vila Sanção:

Figura 1: Vila Sanção – agosto de 2019.



Fonte: Adailton Lima dos Reis.

É uma pequena comunidade localizada a 70 km da sede do município de Parauapebas, fica em uma área cedida por Odilon Rocha de Sanção, fazendeiro e

líder político da região. Segundo relato de alguns moradores mais antigos do lugar, a comunidade Vila Sanção foi fundada na década de 80 por volta dos anos de 1983 e 1984, mas somente a partir do ano de 1990 com a chegada de pessoas migrantes de várias regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, que a localidade foi sendo efetivamente ocupada. Além da região apresenta um forte potencial para a exploração mineral os primeiros habitantes trabalhavam na lavoura, caça, pesca, exploração de madeira e garimpo ou como peões em fazendas próximas. A área de terra onde se localiza a Vila possui um histórico de ocupação ligada à disputa entre fazendeiros, grileiros e posseiros.

No início existiam muitas dificuldades como falta de transportes e energia elétrica e as poucas estradas que havia eram precárias. Só em 1992 foi construída a estrada de acesso a Vila. Em 2004 a Vila recebeu com energia elétrica, no ano seguinte com água encanada.

Devido sua localização ficar nas proximidades do Projeto Salobo da Vale, iniciado a partir de 2009, a comunidade é impactada diretamente pelas atividades oriundas da mineração, que gera emprego e renda para boa parte da população. As demais atividades econômicas desenvolvidas na comunidade estão ligadas basicamente à agricultura, pecuária, laticínios, garimpagem, aos pequenos estabelecimentos comerciais e ainda alguns são funcionários públicos da Prefeitura do Município.

3.4.1 Caracterização da EMEF Alegria do Saber.

Figura 2: Escola Alegria do Saber



Fonte: Adailton Lima dos Reis.

Localizada no contexto do campo de Parauapebas a EMEF Alegria do Saber, está situada em uma área de grande influência das empresas mineradoras e grupos políticos local que atua diretamente no ambiente escolar, convive também com as problemáticas advindas das peculiaridades que o ensino do campo apresenta, como; transporte escolar, falta de material didático, entre outros. Contudo não se abstém de acreditar que somente a educação é capaz de transformar, pois ela se configura como um processo contínuo de aperfeiçoamento da formação social, moral e intelectual que através da troca de experiência entre os indivíduos acontece a aquisição e construção do conhecimento.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), a escola Alegria do Saber, foi fundada em fevereiro de 1993, em uma propriedade conhecida como fazenda Serra Azul, localizada a 25 km da Vila, onde a escola se encontra atualmente, tinha sua estrutura de madeira e coberta de palha onde estudavam 09 alunos em uma única turma multisseriada de 1ª a 4ª série. A primeira professora foi a Sr.ª Joseane Gomes Salazar.

Em 1995, em virtude da migração dos pais em busca de trabalho, o difícil acesso e conseqüentemente a falta de alunos a escola ficou paralisada, tendo seu

retorno no ano seguinte por iniciativa da própria comunidade, não mais no seu lugar de origem.

A construção da escola na Vila Sanção no ano 1996 ocorreu em forma de mutirão, ainda tinha a mesma estrutura da escola anterior de madeira, coberta de palha com assentos feitos em tocos de palmeira e tábuas. Para que fossem garantidas as matrículas dos alunos, as professoras usavam animais como cavalos ou burros para se deslocarem até as residências dos alunos. Como não havia transporte escolar na época, os alunos faziam longos percursos a pé.

Em 1998, começou a ser oferecido também o ensino de 5ª a 8ª série exigindo a reforma e ampliação do prédio, além da oferta do transporte escolar por parte da Prefeitura de Parauapebas. Ainda neste mesmo ano, a escola tornou-se Escola Pólo e passou a atender mais 09 escolas anexas, hoje se encontram todas desativadas.

Somente em 2003 a escola teve sua construção de alvenaria finalizada e equipada com uma cozinha, banheiros para alunos e para funcionários, 1 sala com pequenos compartimentos para funcionar como sala de coordenação pedagógica, direção e secretaria, e oito salas de aulas das quais duas foram cedidas para sala de informática e sala dos professores. Essa estrutura garantiu o acesso de mais alunos, que no ano de 2008 já alcançava os 328 matriculados nas modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA e 60 alunos do Ensino Médio Modular (onde a escola servia de anexo da Escola Acy de Jesus Neves Barros, ligada ao município de Marabá, no ano de 2009, passou a ser escola anexo da Escola Eduardo Angelim - Município de Parauapebas), além de participar do programa de alfabetização solidária e ofertar aulas de reforço.

A partir de 2008 devido à demanda dos alunos ter aumentado bastante, iniciou mais uma reforma e ampliação do prédio que conta atualmente com 13 salas de aula (sendo dez delas climatizadas), uma Sala de Recurso (para atendimento dos alunos com necessidades educacionais), Laboratório de Informática, Direção, Sala de Coordenação Pedagógica e Projetos, Sala de Leitura, Secretaria, Almoxarifado, Cozinha com dispensa, Refeitório, Quadra esportiva coberta, Auditório, dois banheiros para alunos (feminino e masculino), dois banheiros para funcionários (feminino e masculino).

Atualmente a escola Alegria do Saber está sob a direção da Professora Terezinha, possui um quadro de funcionários composto por 36 pessoas, sendo 11

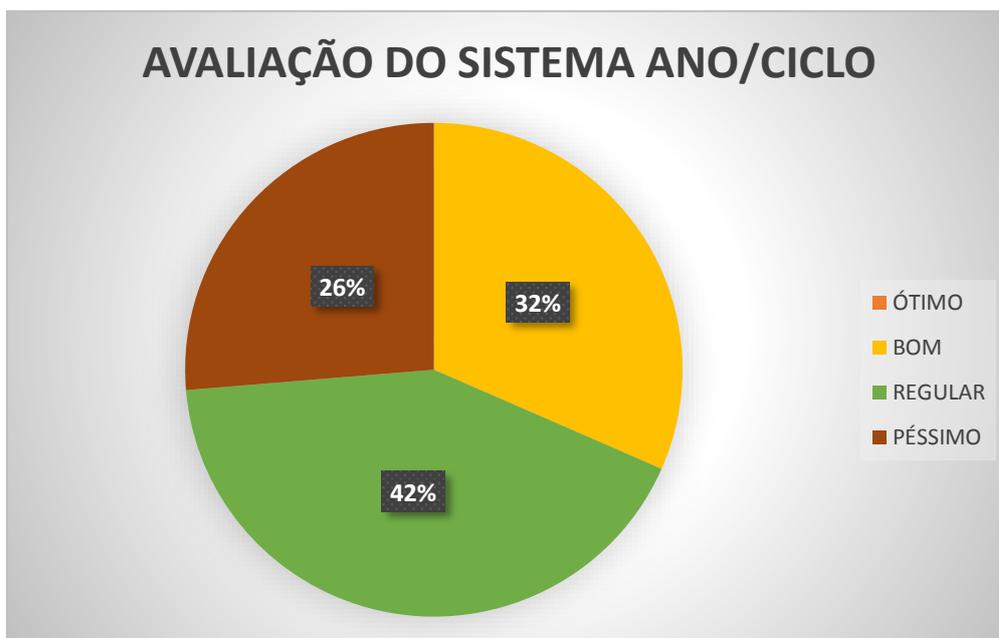
professores regentes, e as demais desenvolvendo atividades de apoio pedagógico, como auxiliar de turmas, limpeza, preparo de lanches entre outros; para atender um público de aproximadamente 360 estudantes distribuídos entre Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA. Com 15 turmas: 3 turmas de Educação Infantil, 7 turmas de Ensino Fundamental menor (1º ao 5º ano), 4 turmas de Ensino Fundamental maior (6º ao 9º ano) e 1 Turma da EJA multisseriada (3ª e 4ª etapa). Funcionando em 3 turnos regulares, manhã, tarde e noite. A escola ainda possui o programas Mais Educação que conta com 3 monitoras atendendo os alunos no contra turno com aulas de reforço em Português, Matemática, Artes, Educação Física e Teatro.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE SISTEMA ANO/CICLO E O ENSINO DE MATEMÁTICA NA E.M.E.F. ALEGRIA DO SABER EM PARAUAPEBAS-PA.

O município de Parauapebas implantou a política de ciclos na rede de ensino municipal com o intuito de melhorar seus indicadores de qualidade do ensino. Porém, boa parte dos professores não consideram que essa mudança trouxe avanços significativos ao processo de ensino e aprendizagem. Observamos uma certa insatisfação dos docentes em relação ao sistema de ensino do município, principalmente em relação à avaliação conceitual e a progressão automática dos estudantes dentro de cada ciclo.

Na tentativa de compreender melhor essa situação solicitamos um grupo de professores atuantes nas escolas do campo do município, que respondessem um questionário com 5 questões objetivas a respeito do sistema de ensino de Parauapebas. A sistematização dos dados da pesquisa ilustra a insatisfação dos professores como vemos nos gráficos a seguir.

Gráfico 1: como os professores avaliam o sistema Ano/Ciclo em Parauapebas/PA.



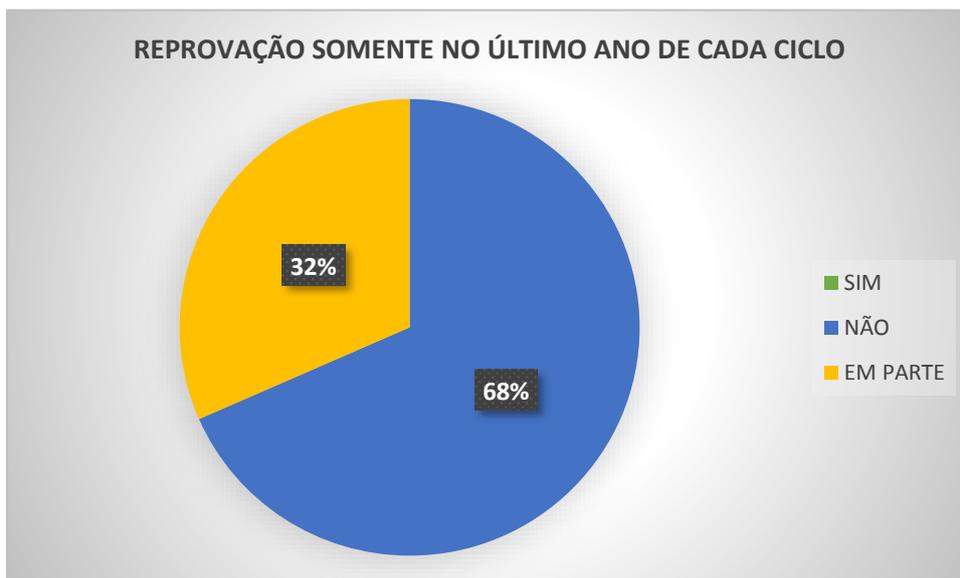
Fonte: Adailton Lima dos Reis.

O gráfico acima demonstra uma avaliação negativa por parte dos professores que participaram da pesquisa em relação ao sistema de ensino do município. Como podemos notar há um percentual razoável de educadores que consideram a política

de ciclos como péssima. Buscamos compreender essa insatisfação e percebemos que isso está relacionado basicamente com questão da aprovação/reprovação. Os professores alegam que com essa política, considera-se a quantidade em detrimento da quantidade. Nesse sentido Demo (1998) afirma que “a promoção, tornando-se automática, escamoteia a falta de aprendizagem, levando a escola pública de modo ainda mais rápido e fatal a ser reconhecida como ‘coisa pobre para o pobre’”. (DEMO,1998 p. 159).

Em relação à questão de aprovação/reprovação dos estudantes na rede municipal de ensino fizemos o seguinte questionamento: “De acordo com a legislação municipal a reprovação deve acontecer somente no último ano de cada ciclo: Você concorda com essa política?”. Aqui percebemos que a grande maioria dos participantes da pesquisa não concordam com essa medida. Como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 2: reprovação somente no último ano de cada ciclo.



Fonte: Adailton Lima dos Reis.

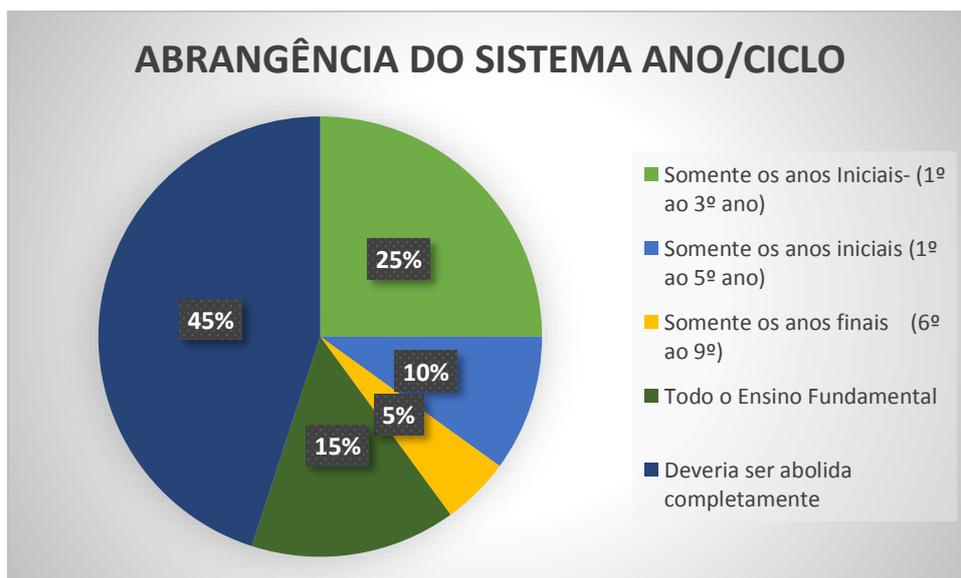
Verificamos que apesar de se considerar que a aprendizagem é um processo contínuo, e que cada estudante possui suas peculiaridades, os professores afirmam que essa política desestimula os alunos, uma vez que eles já têm certeza que serão aprovados ao final do período letivo. Nessa perspectiva Demo (1998), não intervém a favor da repetência, mas defende que a aprovação não deva ser utilizada para camuflar a realidade. Como uma possível solução sugere que seja feita uma

ressignificação nas práticas de ensino, criando mecanismos para que a escola de fato tenha condições de garantir que todos os alunos aprendam. Para Jacomine (2009)

[...] a progressão continuada, desprovida de medidas pedagógicas fundamentais ao processo ensino-aprendizagem – como tempos e metodologias diferenciados, reorganização dos conteúdos, número reduzido de alunos por sala de aula, atendimento em pequenos grupos fora do horário de aula para os alunos com atraso ou dificuldades de aprendizagem –, embora mantenha o aluno na escola e permita-lhe uma progressão mais ou menos de acordo com o grupo de sua idade, não resolve o problema da aprendizagem.(JACOMINE, 2009, p. 568).

Em relação à abrangência da organização escolar Ano/Ciclo com as orientações vigentes atuais, questionamos: A organização escolar Ano/ciclo no Ensino Fundamental deveria abranger? Como podemos observar no gráfico a seguir quase metade dos docentes que responderam o questionário defendem a abolição completa dessa política de organização escolar.

Gráfico 3: etapa do Ensino Fundamental que os ciclos deveriam abranger.



Fonte: Adailton Lima dos Reis.

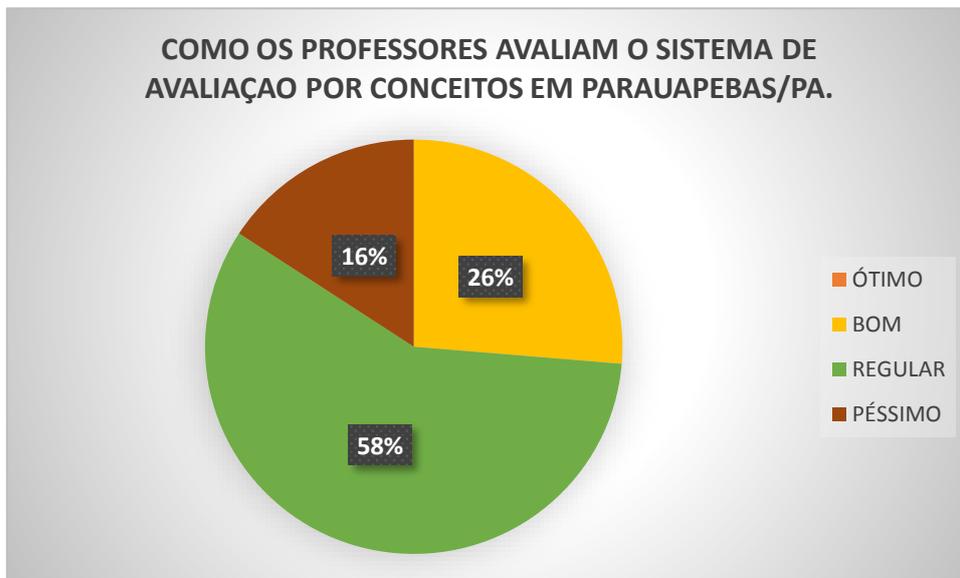
Nessa perspectiva Barreto e Mitrullis (2001) afirmam que os projetos de implantação dos sistemas de organização escolar por ciclos embora tenham uma premissa inovadora e aparentemente democrática os professores tendem a interpretar como uma política exclusivas dos gestores de sistemas. Por isso rejeitam com maior facilidade pois não se reconhecem como participantes do processo de construção das propostas. Os referidos autores afirmam ainda que

Essa dificuldade de se identificarem como co-participantes da organização da escola em ciclos é reforçada entre os educadores, agora com um agravante: a convicção de que políticas de correção do fluxo escolar como essa, que recebem o aval e incentivo dos organismos multilaterais, ao darem ênfase à autonomia da escola, tendem a considerar a instituição e, por conseguinte, os seus professores, como os principais responsáveis pelo sucesso ou fracasso dos alunos dentro dos cânones preconizados. Isentam assim as demais instâncias do sistema de se comprometerem com mudanças mais profundas na estrutura e no funcionamento do ensino e deixam de promover a reorganização curricular capaz de possibilitar a alteração do caráter seletivo da educação, limitando-se, no mais das vezes, a mudanças formais que não logram transformar as rotinas da escola. (BARRETO; MITRULLIS, 2001, p. 127).

O sistema de avaliação por conceitos gera muita discussão e é questionado com muita frequência pelos educadores durante os encontros de formação continuada. Segundo a resolução nº 9 de 2015, do conselho municipal de Educação (COMEPA), do município de Parauapebas que normatiza o processo de avaliação nas escolas municipais a avaliação deve ser contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Porém, há uma orientação de que o aluno não pode regredir, o que aparentemente está correto, o problema é sua aplicação em termos práticos; o que consiste na proibição do professor lançar para o aluno no bimestre seguinte um conceito inferior ao do bimestre anterior. Apesar de haver alguns atenuantes isso se tornou regra no município. Boa parte dos professores discordam devido à dinâmica dos conteúdos trabalhados, cada bimestre tem-se blocos de conteúdos diferentes e pode ocorrer de um determinado estudante não ter um desempenho igual. O gráfico a seguir mostra a avaliação do grupo de professores que responderam o questionário de pesquisa, sobre o sistema de avaliação da rede pública municipal perguntamos.

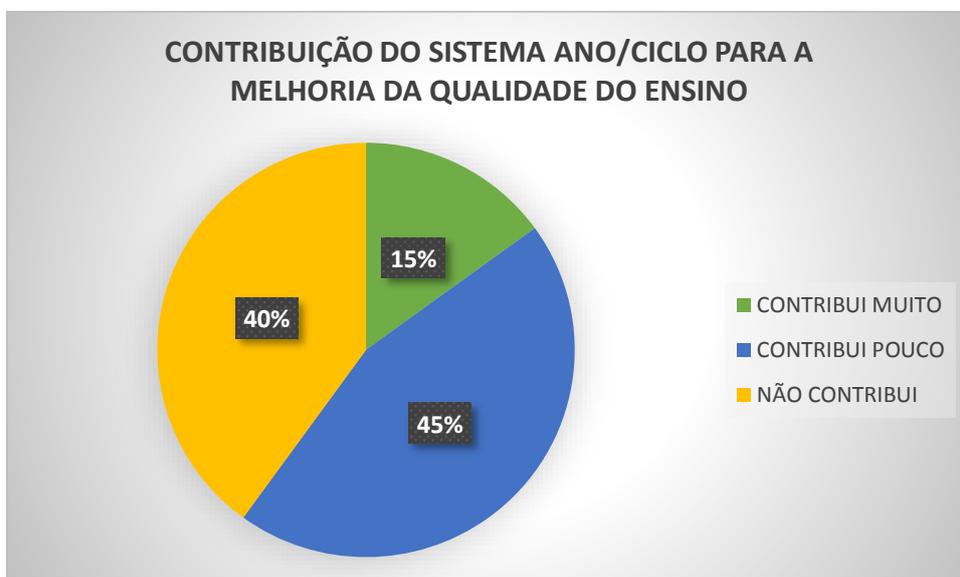
Gráfico 4: Avaliação dos professores sobre o sistema de avaliação.



Fonte: Adailton Lima dos Reis.

E por fim questionamos os educadores sobre a contribuição do sistema Ano/Ciclo na melhoria na qualidade do ensino do município. Para isso elencamos seguinte questão: “Você acredita que o sistema de organização escolar Ano/Ciclo contribui para a melhoria da qualidade da educação na rede de ensino público municipal? ”. O gráfico a seguir destaca as conclusões dos professores sobre esse questionamento.

Gráfico 5: Como o sistema Ano/Ciclo contribui para a qualidade do ensino.



Fonte: Adailton Lima dos Reis.

Podemos notar que um percentual relevante dos professores acredita que a atual organização escolar por ciclos contribui pouco com a qualidade do ensino. Isso nos mostra que existe ainda um longo caminho a ser percorrido no sentido de transformar o processo de ensino e aprendizagem para que a escola possa garantir aprendizagem adequada a todos os alunos. Nesse sentido Pereira (2014) aponta que:

O projeto da escola em ciclos lança o debate e impõe a necessidade de novas condições e de mudanças no que se refere aos tempos e espaços escolares, as formas de avaliação, ao currículo, a atuação do professor, ao funcionamento da escolaridade. Além disso, essa escolaridade necessita pensar vários fatores que envolvem a decisão de sua implantação, como a reorganização dos alunos em grupos para atender as suas necessidades de aprendizagem, nos tempos de formação e desenvolvimento, a articulação dos professores do ciclo com tempo para reuniões e planejamentos ao priorizar o trabalho coletivo na escola, a definição dos conhecimentos e aprendizagens básicas para cada ciclo, num currículo aberto e contextualizado, articulação da equipe pedagógica, de gestão com os professores, proposição de avaliação investigativa e formativa para acompanhar e dar visibilidade aos diferentes tempos das aprendizagens e informar os alunos e as famílias para esclarecer sobre o significado e condução da nova organização, entre outras.(PEREIRA; 2014, p. 19).

4.1 Organização do processo pedagógico na escola Alegria do Saber.

O processo pedagógico desenvolvido na escola segue orientações do Setor de Educação do Campo da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Os professores participam de formação continuada ofertada pelo setor da Educação do Campo. Regularmente, é realizado o trabalho de campo nas escolas para fazer acompanhamento pedagógico com professores e gestores. Durante as visitas os técnicos pedagógicos orientam o coordenador da escola, e esse por sua vez, deve repassar as orientações aos professores durante os encontros semanais. De acordo com o PME:

Como forma de proporcionar um atendimento personalizado à Educação do Campo, a SEMED estruturou o Setor formado por uma Direção e Coordenação Geral, Técnicos por segmentos e áreas de estudos, os quais são responsáveis por acompanhar os professores, gestores escolares e coordenadores pedagógicos, realizar as formações e dar o apoio necessário a professores e alunos do campo.(PARAUAPEBAS/PA, PME 2015, p. 41).

Conforme o PPP (2017), o processo pedagógico na EMEF Alegria do Saber tem como objetivo através de métodos adequados fazer com que o aluno busque o conhecimento, e prepará-lo para o exercício da cidadania ao qual o mesmo desenvolva competências para tornar-se um cidadão com uma vida de qualidade. E

como uma escola do campo busca contribuir com a produção de conhecimento e a transformação da realidade a qual está inserida, ofertando oportunidade social no seu trabalho para formar educandos pensadores, críticos, produtivos, com boas práticas de cidadania e que sejam preocupados com o futuro, formadores de opinião, educandos cooperativos na partilha de respeito e saberes. Para tanto, a escola compromete-se com ações pedagógicas significativas, planejamento contínuo, objetivos concretos, conteúdos voltados para a realidade da comunidade escolar. (PPP, 2017).

A escola mantém a organização Ano/Ciclo, no Ensino Fundamental, seguindo a política de ensino do município, o que consiste na enturmação de acordo com a idade dos estudantes. As turmas são dispostas em seus respectivos anos, mas os ciclos também fazem parte da organização escolar. A progressão dos estudantes depende também do ciclo em que a turma a qual o aluno faz parte pertence. Sendo permitido a reprovação somente no último ano de cada ciclo. Para uma melhor compreensão apresenta-se o quadro a seguir.

Tabela 2: Organização ano/ciclo na escola Alegria do Saber

CICLOS	ANOS
1º CICLO	1º, 2º e 3º Anos (Ciclo da Alfabetização), EJA 1ª ETAPA
2º CICLO	4º e 5º Anos, EJA 2ª ETAPA
3º CICLO	6º e 7º Anos, EJA 3ª ETAPA
4º CICLO	8º e 9º Anos, EJA 4ª ETAPA

Fonte: Adailton Lima dos Reis.

É importante ressaltar que apesar de ter sido implantado na rede de ensino municipal há bastante tempo, o sistema de ciclos só passou a contemplar a totalidade do Ensino Fundamental na EMEF Alegria do Saber no ano de 2018. Gradualmente ocorreu a transição do sistema seriado para o ciclado na escola; inicialmente somente as turmas de 1º ao 5º foram organizadas com o novo sistema. Como mencionado anteriormente o sistema foi implantado em 1998 e a proposta era de fato para os anos

iniciais, mas, em 2010, por meio de uma portaria a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), determinou que os anos finais do Ensino Fundamental também fosse organizado por ciclos. De acordo com a secretaria da escola somente a partir de 2018 as turmas de 8º e 9º foram incluídas no sistema de ciclos.

O Setor de Educação do Campo afirma que as escolas do campo têm sido contempladas com recursos inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, uma vez que a formação dos professores e o acompanhamento das aprendizagens dos alunos são ações permanentes e constantes. Para garantir os direitos de aprendizagem de todos os alunos que estudam no campo.

Vale ressaltar que os professores recebem “hora atividade”, uma carga horária extra de 50 horas reservada ao planejamento – parte dessa carga horária deve ser cumprida na escola, pelo menos uma vez por semana após as atividades com os alunos, os professores permanecem na unidade de ensino para realizar seus planejamentos juntamente com a coordenação pedagógica.

E a avaliação é considerada um instrumento auxiliar indispensável no processo de aprendizagem. Na construção de uma escola democrática e cidadã, deve estar muito distante do significado historicamente construído de instrumento burocrático ou de atribuição de notas com o objetivo de aprovar, premiar, reprovar ou de castigar o estudante pelo seu desinteresse e falta de empenho em relação aos estudos.

Segundo o PME do município, a avaliação deve ser um mecanismo que viabilize ao professor elementos para uma reflexão contínua sobre sua prática: a criação de novas metodologias pedagógicas de trabalho deve ocorrer sistematicamente durante todo o processo de ensino e aprendizagem, e não somente após o fechamento de etapas de trabalho, como é o habitual. É um dos termômetros que permitem buscar alternativas mais eficazes para a melhoria da educação. Sendo necessário realizar uma avaliação efetiva de todo o processo educacional, principalmente das ações pedagógicas, antes de atribuir ao educando a responsabilidade total da sua aprendizagem.

A avaliação precisa ser entendida como instrumento de compreensão do nível de aprendizagem dos alunos em relação aos conceitos estudados e às habilidades desenvolvidas. Tal ação necessita ser construída, visto que o processo de formação de conhecimentos dará subsídios ao professor para este perceber avanços e dificuldades dos alunos e, imediatamente assim, rever sua prática e redimensionar suas ações quando necessário. Portanto, dentro da concepção mais progressista de educação, não existe lugar para

avaliação autoritária, que não vise ao crescimento do aluno (PARAUPEBAS/PA, PME 2015, p. 26).

Nesse sentido o PPP da escola destaca que a avaliação necessita ser vista ainda como uma reflexão prática que aponte para a tomada de decisões durante todo o progresso educacional e não apenas um momento final do processo. Deve ser interativa, pois nela os alunos avaliam e são avaliados, superando princípios ultrapassados e limitados de que apenas os estudantes devem ser avaliados, individualmente, numa determinada atividade. A avaliação é parte integrante do planejamento e deve estar presente em todas as suas etapas.

Com a implantação da organização escolar por ciclos os educadores passaram a utilizar um sistema de avaliação diferente do habitual, foram criados novos instrumentos avaliativos, como relatórios, fichas de acompanhamentos - denominadas pareceres – e as notas foram substituídas por conceitos. Para uma melhor compreensão organizamos o quadro a seguir.

Tabela 3: equivalência dos conceitos avaliativos em relação às notas:

CONCEITOS	EQUIVALÊNCIA
PP – Progrediu pouco	0 a 5.9
PR – Progrediu regularmente	6.0 a 7.9
PM – Progrediu muito	8.0 a 10.0

Fonte: Adailton Lima dos Reis.

4.2 A Matemática na escola Alegria do Saber.

Na tentativa de compreender o processo de ensino e aprendizagem da Matemática na EMEF Alegria do Saber, trazemos uma breve contextualização sobre o ensino da Matemática. Partimos do referencial teórico, citando alguns autores e documentos oficiais, a fim de gerar reflexões a partir das constatações que tivemos ao longo da investigação.

D'Ambrósio (1990) afirma que o ensino de Matemática nas escolas se justifica pelo fato de que essa disciplina melhora o raciocínio e ajuda a pensar de forma clara

e objetiva, por ser útil nas questões práticas do dia a dia, torna-se um instrumento essencial para vida e também às questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Segundo Beltrão e Beltrão (2011), a Matemática é uma das Ciências mais antigas da humanidade, sendo criada e desenvolvida para solucionar questões relacionadas às necessidades do cotidiano das pessoas, mas, foi se transformando ao longo de sua história, atualmente a Matemática escolar é bem diferente da sua “gênese”. O que torna o ensino cansativo e maçante, gerando em muitos casos o fracasso escolar.

De acordo com os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), a Matemática prática, surgida a partir das necessidades das pessoas para solucionar problemas reais transformou-se em uma área do conhecimento com diversas e extensas disciplinas que são indispensáveis à sociedade atual. Os PCN afirmam ainda que:

Fruto da criação e invenção humanas, a Matemática não evoluiu de forma linear e logicamente organizada. Desenvolveu-se com movimentos de idas e vindas, com rupturas de paradigmas. Frequentemente um conhecimento foi amplamente utilizado na ciência ou na tecnologia antes de ser incorporado a um dos sistemas lógicos formais do corpo da Matemática. Exemplos desse fato podem ser encontrados no surgimento dos números negativos, irracionais e imaginários. Uma instância importante de mudança de paradigma ocorreu quando se superou a visão de uma única geometria do real, a geometria euclidiana, para aceitação de uma pluralidade de modelos geométricos, logicamente consistentes, que podem modelar a realidade do espaço físico. (BRASIL. PCN'S MATEMÁTICA, 1998, p.25).

Os PCN também apontam que, para desenvolver um bom trabalho o professor deve ter pleno domínio dos conceitos matemáticos e clareza a respeito do processo histórico de consolidação dessa área do conhecimento. E que o trabalho do professor não deve ser direcionado exclusivamente à ideia de uma ciência fechada com um calhamaço de regras estáticas e abstratas, e sim à concepção de uma ciência dinâmica que pode ser significada e ressignificada constantemente, incorporando novos conhecimentos sempre que for conveniente.

Amador (2016) afirma que o conhecimento matemático é essencial para a compreensão da sociedade atual e que a formação do cidadão perpassa pela prerrogativa do desenvolvimento do pensamento e raciocínio, para que ele seja capaz de solucionar os problemas e desafios que se apresentam no seu cotidiano tanto pessoal quanto profissional, e que o saber matemático é essencial para a compreensão das demais ciências.

No entanto, o ensino de Matemática, historicamente tem sido considerado um grande vilão, “aprender Matemática é uma tarefa árdua para a maioria das crianças e adolescente que frequentam as escolas de nosso país” (STAREPRAVO, 2009, p.12).

Beltrão e Beltrão destaca que:

[...] se pretendemos avançar no ensino e aprendizagem, é necessário buscar uma prática pedagógica permeada por situações que possam resgatar a Matemática como algo que tenha sentido para todos aqueles que estão tomando contato com ela, considerando tantos os aspectos cognitivos como também questões relacionadas à afetividade e ao desenvolvimento psicomotor, pois se o aluno está motivado a participar de uma atividade pedagógica, irá mobilizar e desenvolver suas habilidades e seus conhecimentos com prazer. (BELTÃO e BELTRÃO, 2011, p. 2).

Para Amador (2016), a maioria das escolas brasileiras, não conseguem ensinar Matemática de forma satisfatória, não garante a todos os estudantes o acesso aos conhecimentos matemáticos considerados essenciais, grande parte dos professores se encontram desmotivados e sem esperanças, por isso destacam somente o lado negativo de seus alunos assim como as questões burocráticas dos sistemas de ensino.

Ao longo do trabalho acompanhamos o dia a dia das aulas de Matemática referida escola, observando o trabalho dos professores, conversando com alguns alunos e professores, participando de discussões em grupos de formação continuada e conselho de classe, entre outros. Os professores demonstram muita insatisfação com o sistema de ensino do município (organização escolar Ano/Ciclo), e com sistema de avaliação por conceitos o qual já mencionamos anteriormente.

Durante o trabalho de investigação buscamos compreender a organização do trabalho pedagógico da escola, analisando alguns documentos como: rotina pedagógica, referencial curricular da escola, orientação técnicas da equipe de apoio pedagógico da SEMED. Verificamos que a Secretaria Municipal de Educação por meio da equipe de coordenadores técnicos da área de Matemática, organizam a rotina mensalmente e enviam à escola, já com os conteúdos pré-estabelecidos, os professores por sua vez planejam as aulas baseadas nesta rotina, adequando de acordo com suas peculiaridades.

Segundo relatos de alguns professores, boa parte dos alunos da escola apresentam baixo rendimento na disciplina de Matemática, e apesar dos esforços a escola ainda sofre com problemas como indisciplina, desinteresse, falta de material didático básico, entre outros. Isso reflete significativamente na qualidade do ensino e

contribui diretamente para o baixo desempenho dos estudantes nas avaliações externas, como o SAEB que mede o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), das escolas de todo país; que é uma referência importante no município de Parauapebas.

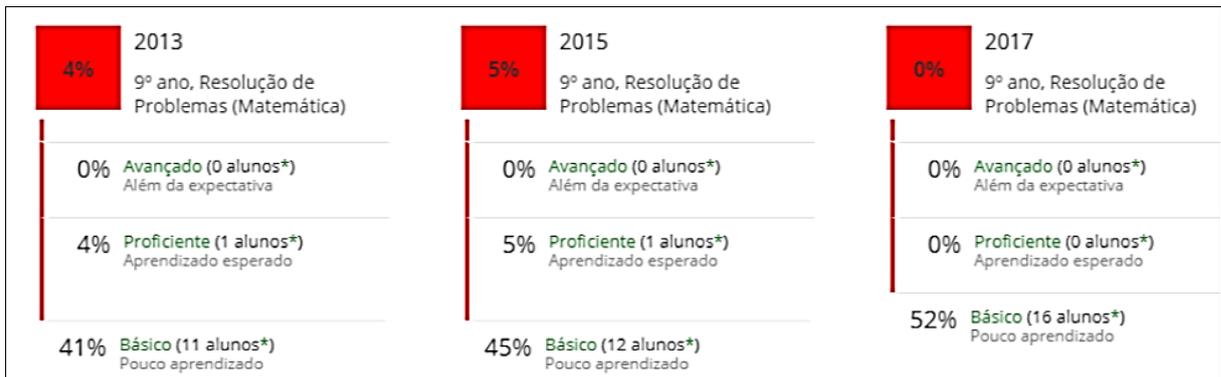
De acordo com o IBGE a partir de 1990, foram feitos os primeiros testes pelo Sistema Nacional de Avaliação Escolar da Educação Básica (SAEB), para saber o rendimento escolar do aluno nas series iniciais, na disciplina de matemática. Esses testes mostraram que a maior dificuldade está relacionada à aplicação de conceitos e resoluções de problemas. Pois, os PCN de Matemática mostram que:

Além dos índices que indicam o baixo desempenho dos alunos na área de Matemática em 22 testes de rendimento, também são muitas as evidências que mostram que ela funciona como filtro para selecionar alunos que concluem, ou não, o ensino fundamental. Frequentemente, a Matemática tem sido apontada como disciplina que contribui significativamente para elevação das taxas de retenção. (Brasil, 1997, p.22).

Esses baixos rendimentos escolares podem está relacionados à formação do magistério e a formação continuada. As práticas pedagógicas baseadas em livros didáticos de baixa qualidade, dificulta o aprendizado da criança.

Segundo a Revista Época (Dezembro, 2016), o Pisa, sigla em inglês para Programa de Avaliação Internacional de Estudantes é uma avaliação trienal feita pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Brasil participa desta avaliação desde o ano de 2000. Os resultados nos últimos anos mostram que caímos quatro posições em matemática com uma nota de 377 pontos em 2015, quase atingindo a nota de 2006 que foi de 370 pontos, se comparando com a maior nota que foi em 2009 com 386 pontos. Essas provas foram realizadas com alunos entre 15 e 16 anos que cursavam o 7º ano do ensino fundamental e mostraram um rendimento baixo superando o de 2009, ou seja, os alunos sabem menos matemática nos diasatuais.

Ao analisarmos os resultados da escola Alegria do Saber no SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) nas últimas 3 avaliações, percebemos que a situação é preocupante; a tabela abaixo mostra o desenvolvimento dos alunos baseados no nível de proficiência em Matemática medido pelo SAEB na turma de 9º ano.

Tabela 4: proficiência em Matemática de alunos do 9º ano na EMEF Alegria do Saber:

Fonte: <https://www.qedu.org.br/escola/15014-emef-alegria-do-saber/proficiencia>: acesso em 10/11/2019.

Como podemos notar a EMEF Alegria do Saber apresenta resultados muito baixos na disciplina de Matemática, observamos que a maioria dos estudantes segundo os dados do INEP, apresentam pouco aprendizado, situação que se agrava com o passar do tempo, o gráfico mostra que o percentual de alunos com baixo aprendizado aumentou no ano de 2017 em relação aos nos anteriores. Isso demonstra que as práticas de ensino não garantem aos estudantes que se desenvolvam de forma satisfatória. “Enfrentar os desafios e romper com as concepções de ensino que perduram há muito tempo não é tarefa fácil” (Beltrão e Beltrão, 2011, p. 2).

Observando a prática pedagógica dos professores em sala de aula constatamos que os docentes têm muitas dificuldades em desenvolver o trabalho, devido a indisciplina e o desinteresse de alguns alunos, as aulas em sua maioria, seguem o padrão da grande maioria das escolas, o professor passa o conteúdo no quadro faz uma breve explicação, e os alunos tentam resolver os exercícios no caderno. Nesse sentido Beltrão e Beltrão (2011) afirma que para que haja melhoria na qualidade do ensino é necessária uma transformação na prática pedagógica do professor, assim como nas políticas oficiais do ensino da Matemática, para que seja ofertada aos professores programas de formação continuada eficientes e produzidos materiais didáticos adequados e de qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O que nos impulsionou a elaborar este trabalho foi a necessidade de uma melhor compreensão a cerca do sistema de organização escolar Ano/Ciclo no município de Parauapebas-PA, analisamos a implementação do sistema de ciclos na rede de ensino municipal e o funcionamento deste no dia a dia. Para delimitar a pesquisa elencamos especificamente o ensino de Matemática nos ciclos finais do Ensino Fundamental na EMEF Alegria do Saber.

Buscamos por meio das pesquisas bibliográficas e de campo, fazer uma contextualização histórica a cerca das políticas de ciclos no Brasil, isso permitiu levantar questionamentos referentes aos ciclos de aprendizagem e formação do segundo bloco do Ensino Fundamental. Este nos proporcionou uma aprendizagem significativa referente às reais intenções por trás da criação e implantação dessas políticas, que em sua maioria busca basicamente solucionar o problema da repetência através da aprovação em maça.

Ao longo da pesquisa constatamos que boa parte dos educadores atuantes nos ciclos finais do Ensino Fundamental demonstram insatisfação com o atual sistema de ensino do município, alegam que na grande maioria das escolas os alunos não conseguem aprender os conteúdos necessários a cada ano/ciclo e mesmo assim avançam devido à política municipal de ensino. Neste contexto os professores têm que dar conta de ensinar os conteúdos propostos para o ciclo em que o aluno se encontra e na maioria das vezes tendo que voltar a assuntos dos anos/ciclos anteriores.

Diante disso, com base nos estudos que realizamos, concluímos que o projeto de ensino por ciclos traz uma premissa aparentemente renovadora e democrática, mas, não efetiva-se em sua totalidade devido diversos fatores que envolvem o processo de ensino aprendizagem no dia a dia da sala de aula. Neste processo, as escolas juntamente com a secretaria municipal de Educação com o uso do princípio de reagrupamento, tanto o intraclasse quanto o interclasse busca possibilitar o nivelamento das turmas, na tentativa de superar as dificuldades dos alunos. Mas apesar de todo esforço ainda existe muitas dificuldades principalmente em se tratando dos alunos com maiores dificuldades de aprendizagens.

Para Pereira (2014) o projeto de escola ciclada lança o debate a cerca da nova lógica de mudança no processo de ensino trazendo novos desafios e possibilidades

de mudanças no ambiente escolar, considerando todas as variáveis que influenciam diretamente as aprendizagens dos alunos; como a organização dos tempos e espaços escolares, a maneira de avaliar, a organização curricular, a prática pedagógica do professor e a dinâmica do funcionamento da escolaridade em geral. E também busca novos mecanismos de aproximação entre teoria e prática.

Nesse trabalho buscamos endoçar as discussões e o termo da organização escolar Ano/Ciclo sem a pretensão de esgotar o debate sobre o assunto, concluímos na certeza de que essa pesquisa contribuiu de forma significativa para uma melhor compreensão da política de organização escolar por ciclos no Brasil e no município de Parauapebas-PA. Referindo-se especificamente ao ensino de Matemática nos Ciclos finais do Ensino Fundamental na EMEF Alegria do Saber, objeto de estudo dessa pesquisa, podemos afirmar que ainda há muito a ser feito, apesar da política municipal de ensino ser considerada destaque no cenário regional existem muitas lacunas a ser preenchidas, no sentido de melhorar efetivamente a qualidade do ensino.

REFERÊNCIAS

BARRETTO, E. S. de S.; MITRULIS, E. Os ciclos escolares: elementos de uma trajetória. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 108, p. 27-48, nov. 1999.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; SOUSA, Sandra Zákia reflexões sobre as políticas de ciclos no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 659-688, set./dez. 2005.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; MITRULIS, Eleny. Trajetória e desafios dos ciclos escolares no país. **Estudos avançados/USP**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 103-140, maio/ago. 2001.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; SOUSA, Sandra Zákia. Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2004.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto – Portugal. Porto Editora, 1994.

BRASIL. PARÂMETROS Curriculares Nacionais: matemática / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

_____, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa**. Brasília: MEC, SEB, 2014.

DEMO, P. Promoção automática e capitulação da escola. Ensaio: Avaliação e Políticas públicas em educação. **CESGRANRIO**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 19, p. 159-190, abr./jun. 1998.

FREITAS, Wesley R. S.; JABBOUR, Charbel J. C. Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo e Debate**, Lajeado, v. 2, n. 18, p.07-22, 2011.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. *Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

JACOMINI, M. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. **Educação e Pesquisa**, v. 35, n. 3, p. 557-572, 1 dez. 2009.

KRUG, A. **Ciclos de Formação: uma proposta transformadora**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

MAINARDES, J. **Escola em ciclos: fundamentos e debates**. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, D. L. G. Escolaridade em ciclos: percursos, desafios e perspectivas. 2014. 21 p. Monografia (licenciatura em Pedagogia), UNIJUÍ-Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.

RESENDE, T. R. P. S.; SOUZA, I. A. DE. O ENSINO POR MEIO DE CICLOS: UMA BREVE RETOMADA HISTÓRICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, n. 14, 31 out. 2016.

RESENDE, T. R. P.S.; SOUZA, I. A. G. RESENDE, S. L. de. uma base teórica para a proposta do ensino por meio de ciclos **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 3, set/dez. 2017.

STAREPRAVO, Ana Ruth. **Mundo das ideias: jogando com a Matemática**, números e operações. Curitiba: Aymarã, 2009.

STREMEL, Silvana. As propostas de ciclos de aprendizagem de redes públicas de ensino brasileiras e seus fundamentos teóricos. IX Seminário de pesquisa em educação da região Sul. 2012.

ANEXOS



Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA
Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

TEMA: Organização escolar em ciclos no município de Parauapebas:

1. Como você avalia o sistema de organização escolar Ano/Ciclos no município de Parauapebas?

<input type="radio"/> Ótimo	<input type="radio"/> Bom	<input type="radio"/> Regular	<input checked="" type="radio"/> Péssimo
-----------------------------	---------------------------	-------------------------------	--

2. De acordo com a legislação municipal a reprovação deve acontecer somente no último ano de cada ciclo: Você concorda com essa política?

<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> não	<input type="radio"/> concordo em parte
---------------------------	--------------------------------------	---

3. A organização escolar Ano/ciclo no Ensino Fundamental deveria abranger?

- Somente os anos Iniciais- (1º ao 3º ano)
 Somente os anos iniciais (1º ao 5º ano)
 Somente os anos finais (6º ao 9º)
 Todo o Ensino Fundamental
 Deveria ser abolida completamente

4. Como você avalia o sistema de avaliação por conceitos?

<input type="radio"/> Ótimo	<input type="radio"/> Bom	<input checked="" type="radio"/> Regular	<input type="radio"/> Péssimo
-----------------------------	---------------------------	--	-------------------------------

5. Você acredita que o sistema de organização escolar Ano/Ciclo contribui para a melhoria da qualidade da educação na rede de ensino público municipal?

<input type="radio"/> Contribui muito	<input type="radio"/> Contribui pouco	<input checked="" type="radio"/> Não contribui
---------------------------------------	---------------------------------------	--

Observações: A organização Ano/ciclo contribuiu para a melhoria da qualidade da educação na rede de ensino público municipal porque não há reprovação.

Parauapebas/PA-agosto de 2019